

A colaboração com a indústria do tabaco é contrária aos princípios e valores das Nações Unidas

Vera Luiza da C. e Silva

Durante muitos anos, os barões da indústria global do tabaco cultivavam uma auto- imagem como bons cidadãos globais, apresentando-se como executivos de fala suave, versados no discurso reconfortante da responsabilidade social corporativa.

Eles se estabeleceram como parceiros em programas decentes e bem intencionados que procuravam melhorar a sorte dos mais pobres e mais vulneráveis do mundo. Em troca, eles foram convidados a participar de fóruns decisórios no mais alto nível, o que lhes outorgou uma aura de respeitabilidade e alimentou a história de que eles mantinham uma aliança responsável.

Mas isso é uma mentira. Na verdade, essas empresas vendem produtos tóxicos que matam sete milhões de pessoas por ano e forçam os contribuintes a pagar suas contas pelas doenças que causam. É uma indústria viciada em lucros e sem responsabilidade.

Estas iniciativas da indústria do tabaco alcançaram algum sucesso. Por exemplo, forjaram parcerias com a União Europeia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Pacto Mundial das Nações Unidas (UNPF), que encoraja as empresas a agir de forma responsável e promover importantes programas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os tempos estão mudando e o cerco se fecha em torno da indústria global do tabaco, enquanto se reexamina os acordos anteriores. Qual é o motivo dessa mudança? Isto é, sem dúvida, em parte devido ao impacto da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco, bem como as iniciativas de seus defensores em todo o mundo, tanto a nível governamental como não governamental.

Como resultado, o acordo multimilionário da União Europeia com as empresas de tabaco terminou em 2016, enquanto a Organização Internacional do Trabalho está reconsiderando sua cooperação com essas empresas.

Ao mesmo tempo, o Pacto Global está revendo sua posição como parte de uma revisão de integridade, a ser concluída em julho. Embora o Programa Mundial não promova o financiamento da participação da indústria do tabaco, seus participantes incluem quatro empresas de tabaco, incluindo a Philip Morris e a subsidiária brasileira da British American Tobacco.

As decisões ainda não foram tomadas, mas estou confiante de que nossos colegas do Pacto Global compreenderão as questões fundamentais em jogo e tomarão a decisão certa.

O mundo mudou muito desde o início do Pacto Global em 2000. Cinco anos depois, os países do mundo se juntaram a CQCT, tratado global de controle do tabagismo. Agora, temos 180 países que aceitaram que o tabaco é uma ameaça sem precedentes para a saúde pública e concordaram em um conjunto abrangente de medidas para reduzir a oferta e a demanda.

Um elemento-chave do nosso trabalho gira em torno do artigo 5.3 do tratado, que obriga as Partes a proteger a formulação de políticas de saúde pública contra a interferência da indústria do tabaco. Essa interferência é inegável e há uma substancial evidência que demonstra que a indústria interfere para promover seus próprios interesses.

Quase todos os países do mundo estão empenhados em implementar este artigo e seu impacto está sendo observado. Recentemente, uma resolução histórica do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) pediu às agências das Nações Unidas que desenvolvam e implementem suas próprias políticas para evitar interferências da indústria do tabaco. Esta resolução refere-se ao modelo de política sobre a prevenção de interferências da indústria do tabaco desenvolvido no contexto da CQCT pela Força-Tarefa Interagencial das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Não-Transmissíveis .

A política afirma: "As instituições do sistema das Nações Unidas (...) devem trabalhar juntas e separar de forma eficiente e consistente suas atividades das atividades da indústria do tabaco, com o objetivo de preservar sua integridade e É uma boa reputação e promove o desenvolvimento. A colaboração com a indústria do tabaco é contrária aos objetivos, princípios e valores fundamentais do sistema das Nações Unidas ".

A política é clara e salienta a importância de erradicar a influência nociva da indústria do tabaco, a fim de garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento.

A “contribuição” da Philip Morris é desenvolver e vender produtos de tabaco aquecido e cigarros eletrônicos que, de acordo com a empresa, apresentam um risco menor do que os produtos tradicionais de tabaco, mas também os caracterizam como “aditivos e não inofensivos”. Aqui está um bom exemplo do uso de expressões ambíguas que também são fornecidas à indústria do tabaco.

O objetivo 3 da ODS, que se enquadra no Objetivo 3, exige que os países fortaleçam a implementação da CQCT. E, caso haja alguma dúvida, a CQCT não espera que os fabricantes participem da solução. Eles são o problema porque seus produtos são projetados de forma muito sofisticada para criar e manter a dependência e muitos dos compostos que eles contêm são farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos e cancerígenos.

Haveria muito mais a dizer sobre a indústria do tabaco e sua história vergonhosa: o ocultamento de estudos sobre os efeitos de seus produtos, seu envolvimento tradicional no contrabando de tabaco, o suborno de funcionários do governo e outras tentativas de distorcer as decisões certas, a dependência do trabalho infantil.

É difícil ver como esse comportamento pode ser consistente com alguns documentos louváveis como os 10 princípios do Pacto Global. Devido ao seu papel na divulgação da morte e da doença de milhões de pessoas e do agravamento da pobreza, a indústria do tabaco é necessariamente um obstáculo para o desenvolvimento global. E é hora de mostrar-lhe a saída.

Fonte: Who – Edição: SE-Conicq

<http://www.who.int/fctc/secretariat/head/statements/2017/ungc-integrity-review->

[tobacco-industry/es/](#)